

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA – PROPPEC

CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS – CEJURPS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ

CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO AMBIENTAL, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE

TRIBUTAÇÃO DA OPERAÇÃO DE ALIENAÇÃO E CESSÃO DE REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÃO NO MERCADO KYOTO COMPLIANCE

GABRIEL DE ARAUJO SANDRI

Itajaí-SC

2015

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA – PROPPEC

CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS – CEJURPS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – PPCJ

CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA JURÍDICA – CMCJ

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO AMBIENTAL, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE

TRIBUTAÇÃO DA OPERAÇÃO DE ALIENAÇÃO E CESSÃO DE REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÃO NO MERCADO KYOTO COMPLIANCE

GABRIEL DE ARAUJO SANDRI

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Acadêmico em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Jurídica.

Orientador: Professor Doutor Zenildo Bodnar

Itajaí-SC

2015

AGRADECIMENTO

Aos meus pais, irmão, esposa, filha, amigos, por enraizarem no meu ser aquilo que sou como pessoa.

Ao Professor Doutor Zenildo Bodnar, pelo prestígio das suas percucientes orientações, importantíssimas para o deslinde desse trabalho.

Aos professores, por compartilharem sem egoísmos suas sabedorias, sempre de grande valia para a construção de conhecimento.

À instituição UNIVALI, por abrir novamente as suas portas para o palácio do conhecimento, além do apoio ofertado.

E àqueles que, de certa forma, contribuíram nesta empreitada, cuja especificação resultaria, sem dúvidas, numa imensa lista.

DEDICATÓRIA

À pequenina Valentina, que, mesmo sem notar,
revigora-me cotidianamente com sua imensidão de
vida.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Vale do Itajaí, a Coordenação do Curso de Mestrado em Ciência Jurídica, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Itajaí-SC, fevereiro de 2015.



Gabriel de Araujo Sandri
Mestrando

Esta Dissertação foi julgada APTA para a obtenção do título de Mestre em Ciência Jurídica e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica – PPCJ/UNIVALI.



Professor Doutor Zenildo Bodnar
Orientador



Professor Doutor Paulo Márcio Cruz
Coordenador/PPCJ

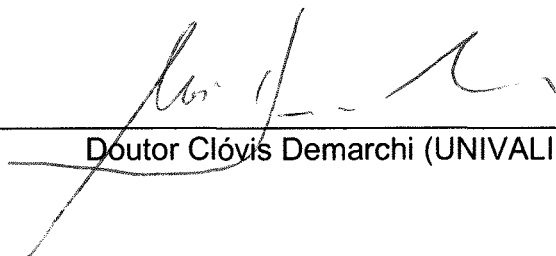
Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores



Doutor Zenildo Bodnar (UNIVALI) – Presidente



Doutor Márcio Ricardo Staffen (IMED/RS) – Membro



Doutor Clóvis Demarchi (UNIVALI) – Membro

Itajaí(SC), fevereiro de 2015.

ROL DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AMRV	Ações Monitoráveis, Reportáveis e Verificáveis
AND	Autoridade Nacional Designada
AR5	<i>Fifth Assessment Report</i>
Art.	Artigo
AAU	Unidades de Quantidade Atribuída, do inglês <i>Assigned Amount Units</i>
CDM	Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, do inglês <i>Clean Development Mechanism</i>
CE	Conselho Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, por vezes referido ao Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
CER	Certified Emission Reduction
CH ₄	Metano
CIMGC	Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima
CO ₂	Dióxido de carbono
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COP	Conferência das Partes Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do inglês <i>Conference of the Parties</i>
COP 1 / COP 2...	Primeira Conferência das Partes / Segunda Conferência das Partes etc.
COP/MOP	Reunião da Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, do inglês <i>Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Kyoto Protocol</i>
CQNUMQ	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DCP	Documento de Concepção do Projeto
EB-CDM	Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, do inglês <i>Executive Board of Clean Development Mechanism</i>
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EOD	Entidade Operacional Designada
GEE	Gase(s) de Efeito Estufa
HFCs	Hidrofluorcarbonos
IC	Implementação Conjunta
ICMS	Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
IE	Imposto sobre a Exportação de produtos nacionais ou nacionalizados
IET	Comércio de Emissões, do inglês <i>International</i>

	<i>Emissions Trading</i>
II	Imposto sobre a Importação de produtos estrangeiros
IO Câmbio	Imposto sobre Operações de Câmbio
IO Crédito	Imposto sobre Operações de Crédito
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras (nomenclatura imprópria)
IO Seguro	Imposto sobre a Operação de Seguro
IO TVM	Imposto sobre a Operação de Títulos e Valores Mobiliários
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, do inglês <i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza
IRPF	Imposto de Renda das Pessoas Físicas
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis, de quaisquer bens ou direitos
ITCMD	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação
ITR	Imposto sobre propriedade Territorial Rural
JI	Implementação Conjunta
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
N ₂ O	Óxido nitroso
NAMA	Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas, do inglês <i>Nationally Appropriate Mitigation Actions</i>
°C	Graus Célsius
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONU	Organização das Nações Unidas
PDD	Documento de Concepção do Projeto, do inglês <i>Project Design Document</i>
PFCs	Perfluorcarbonos
PIS/PASEP	Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiental-PNUMA
RCE	Redução Certificada de Emissão, ou no seu plural Reduções Certificadas de Emissões
REDD	<i>Reduced Emissions from Deforestation and forest Degradation</i>
Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
SF ₆	Hexafluoreto de enxofre
SO ₂	Dióxido de enxofre
STF	Supremo Tribunal Federal
tCO ₂ e ou tCO ₂ eq	Tonelada de dióxido de carbono equivalente
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiental, do inglês <i>United Nations Environment Programme</i>
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança

WMO

do Clima, do inglês *United Nations Framework
Convention on Climate Change*
Organização Mundial de Meteorologia, do inglês *World
Meteorological Organization*

SUMÁRIO

RESUMO.....	XIII
ABSTRACT.....	XIV
INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1	19
AS PREMISSAS BÁSICAS PARA O SURGIMENTO DO MERCADO DE CARBONO.....	19
1.1 EFEITO ESTUFA E AQUECIMENTO GLOBAL	19
1.1.1 A MUDANÇA DO CLIMA E AS CONCLUSÕES RECENTES PUBLICADAS PELO IPCC ..	22
1.2 CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.....	29
1.2.1 CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP).....	35
1.2.1.1 Partes da Convenção.....	43
Capítulo 2	46
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÕES.....	46
2.1 O PROTOCOLO DE QUIOTO E OS MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GEE	46
2.1.1 IMPLEMENTAÇÃO CONJUNTA E COMÉRCIO INTERNACIONAL DE EMISSÕES.....	48
2.2 O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO	50
2.2.1 PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CERTIFICAÇÃO DO MDL E EMISSÃO DAS RCE	53
2.2.1.1 Elaboração do Documento de Concepção do Projeto	54
2.2.1.2 Validação	56
2.2.1.3 Aprovação	57
2.2.1.4 Registro	58
2.2.1.5 Monitoramento	60
2.2.1.6 Verificação e certificação	61
2.2.1.7 Emissão das Reduções Certificadas de Emissões: obtendo-se os créditos de carbono	63
2.2.1.8 Diagrama do ciclo de um projeto de MDL	64

2.2.2 DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DO MDL	65
2.2.2.1 <i>Voluntariedade</i>	65
2.2.2.2 <i>Benefício</i>	67
2.2.2.3 <i>Adicionalidade</i>	67

2.3 A NATUREZA JURÍDICA DAS REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÕES69

2.3.1 COMMODITIES AMBIENTAIS	70
---	-----------

2.3.2 TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	72
---	-----------

2.3.3 BENS INTANGÍVEIS	75
-------------------------------------	-----------

2.4 MERCADO DE CARBONO	77
-------------------------------------	-----------

Capítulo 3	80
-------------------------	-----------

REGIME JURÍDICO TRIBUTÁRIO DA ALIENAÇÃO E CESSÃO DE RCE	80
--	-----------

3.1 DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE	80
---	-----------

3.2 DO FENÔMENO DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	81
---	-----------

3.3 DA ANÁLISE SISTEMÁTICA DA (NÃO) INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	85
--	-----------

3.3.1 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	85
--	-----------

3.3.2 IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	90
--	-----------

3.3.3 IMPOSTO DE RENDA	94
-------------------------------------	-----------

3.3.4 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	100
--	------------

3.3.5 IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	103
--	------------

3.3.5.1 <i>IOCrédito</i>	104
---------------------------------------	------------

3.3.5.2 <i>IOCâmbio</i>	108
--------------------------------------	------------

3.3.5.3 <i>IOSeguro</i>	108
--------------------------------------	------------

3.3.5.4 <i>IOTVM</i>	109
-----------------------------------	------------

3.3.6 IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	110
3.3.7 IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA.....	114
3.3.8 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	121
3.3.9 PIS-PASEP E COFINS	121
3.3.9.1 PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS.....	130

RESUMO

A presente Dissertação se insere na linha de pesquisa Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade e tem como objetivo principal estudar a tributação da operação de alienação e cessão de Reduções Certificadas de Emissão-RCE no Mercado *Kyoto Compliance*, provenientes de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, instituído pelo Protocolo de Quioto. Dessa forma, inicia-se o estudo pelas bases históricas que culminaram no desenvolvimento desse entrelaçado e complexo mecanismo, analisando os acontecimentos em nível global pertinentes ao tema. Em sequência, estudam-se os procedimentos para a obtenção das RCE, definidos pelos Acordos de Marraqueche, além de perquirir sobre a natureza jurídica desse instituto, dentro do direito brasileiro. Conquanto definida a natureza jurídica das RCE, passa-se à análise dos tributos incidentes na operação de alienação e cessão de RCE provenientes de projetos de MDL desenvolvidos no Brasil por pessoa jurídica, no mercado *Kyoto Compliance*, objetivo central dessa Dissertação. Como síntese dos resultados encontrados, tem-se que a natureza jurídica das RCE é de bem intangível *sui generis* e os tributos incidentes na operação estudada se limitam ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, porquanto incidem sobre a percepção de renda em sentido amplo. Quanto à Metodologia empregada, registra-se a utilização do Método Indutivo na Fase de Investigação, o Método Cartesiano na Fase de Tratamento de Dados e as considerações finais composta na base lógica Indutiva.

Palavras-chave: Tributação. Redução Certificada de Emissão. *Kyoto Compliance*.

ABSTRACT

This Dissertation is part of the line of research Environmental Law, Transnationality and Sustainability, and its main objective is to study the taxation on the sale and transfer of Certified Emission Reductions - CER in the Kyoto Compliance market, derived from Clean Development Mechanism projects established by the Kyoto Protocol. The study starts by addressing the historical basis that culminated in the development of this intertwined and complex mechanism, analyzing the global events relating to the subject. Next, it studies the bureaucratic procedures for obtaining CERs, defined by the Marrakesh Accords, and enquires into the legal nature of this institute in Brazilian law. Having defined the legal nature of CERs, it then analyzes the taxes payable in the operation of sale and assignment of CDMs from MDL projects developed in Brazil by legal entities, in the Kyoto Compliance market, which is the main objective of this Dissertation. It concludes that the legal nature of CERs is a sui generis intangible asset, whose taxes arising on the aforementioned transaction are limited to IRPJ, CSLL, PIS and COFINS, as they are payable on the perception of income in its widest sense. In terms of methodology, it uses the inductive method in the research phase, the Cartesian method in the data processing phase, and the inductive logical base in the closing remarks.

Keywords: Taxation. Certified Emission Reduction. *Kyoto Compliance*.

REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS

ALMEIDA, Neicyr de. **Imposto de renda das empresas**: questões controvertidas. São Paulo: MP, 2007.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 13. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

ANDRADE FILHO, Edmar de Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ANGELO, Claudio. **O aquecimento global**. São Paulo: Publifolha, 2008.

ASHIKAGA, Carlos Eduardo Garcia; BIZELLI, João dos Santos. **PIS-PASEP e COFINS na importação**: análise prática. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

ÁVILA, Humberto. **Conceito de renda e compensação de prejuízos fiscais**. São Paulo: Malheiros, 2011.

AYALA, Patryck de Araújo; LEITE, José Rubens Morato. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed. atualizada por Mizabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BARRETO, Aires F. **ISS na Constituição e na lei**. São Paulo: Dialética, 2003.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento; inclui entrevista inédita com o autor. São Paulo: 34, 2010.

BM&F Bovespa. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Disponível em: <<http://www.bmf.com.br/bmfbovespa/pages/MBRE/mecanismo.asp>>. Acesso em 31 jan. 2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BODNAR, Zenildo; CRUZ, Paulo Márcio. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2012. p. 136. Disponível em: <<http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx>>. Acesso em 31 jan. 2015.

BRASIL. Decreto de 7 de julho de 1999. Cria a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, com a finalidade de articular as ações de governo nessa área. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/Dnn07-07-99-2.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Decreto nº. 5.445, de 12 de maio de 2005. Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 maio. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5445.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Decreto nº. 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6306.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Decreto-lei nº. 1.783, de 18 de abril de 1980. Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1783.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Exposição de motivos nº. 4/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2004-2006/2004/Exm/EM-8-MF-04.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 10.865, de 30 de abril de 2004. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.865.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 5.143, de 20 de outubro de 1966. Institui o Imposto sobre Operações Financeiras, regula a respectiva cobrança, dispõe sobre a aplicação das reservas monetárias oriundas de sua receita, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5143.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 dez. 1976. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385compilada.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 7.766, de 11 de maio de 1989. Dispõe sobre o ouro, ativo financeiro, e sobre seu tratamento tributário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7766.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 8.033, de 12 de abril de 1990. Altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8033.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 8.894, de 21 de junho de 1994. Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8894.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9532.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Lei nº. 9.779, de 19 de janeiro de 1999. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, bem assim a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, relativamente às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9779.htm>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Manual para Submissão de Atividades de Projeto no Âmbito do MDL. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0025/25268.pdf>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Os Acordos de Marraqueche. Disponível em <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4990.pdf>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Formulários relativos ao MDL. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14442/Formularios_relativos_ao_MDL.html>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Protocolo de Quioto. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12425.pdf>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conferência das Partes. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/conferencia-das-partes>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Declaração de Estocolmo de 1972. Disponível em <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº. 1, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **O mecanismo de desenvolvimento limpo nos empreendimentos de manejo de resíduos sólidos urbanos e o impacto do projeto de lei nº 5.296/2005**. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº. 117.887-SP. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, DF, 11 fev. 1993. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=206951>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº. 75.952-SP. Segunda Turma. Relator: Ministro Thompson Flores. Brasília, DF, 29 out. 1973. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=171553>>. Acesso em 31 jan. 2013.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº. 77.185-SP. Plenário. Relator: Ministro Aliomar Baleeiro. Brasília, DF, 19 abr. 1974. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=172665>>. Acesso em 31 jan. 2013.

BRITO, Brenda. REDD+ e mudanças climáticas. *In*: CUREAU, Sandra; LEUZINGER, Márcia Dieguez; SILVA, Solange Teles da. **Mudança do clima**: desafios jurídicos, econômicos e socioambientais. São Paulo: Fiuza, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MORATO, José Rubens. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Imposto sobre a renda**: perfil constitucional e temas específicos. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

CASARA, Ana Cristina. **Direito ambiental do clima e créditos de carbono**. Curitiba: Juruá, 2011.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário**: constituição e código tributário nacional. São Paulo: Saraiva, 2009.

DELPUPPO, Carlos Henrique. Protocolo de Quioto. In: FUJIHARA, Marco Antonio; LOPES, Fernando Giachini (Orgs.). **Sustentabilidade e mudanças climáticas**: guia para o amanhã. São Paulo: Terra das Artes, 2009.

DEMILLO, Rob. **Como funciona o clima**. São Paulo: Quark Books, 1998.

DERZI, Mizabel Abreu Machado. **Os conceitos de renda e de patrimônio**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

Ecodesenvolvimento. Conferência das Partes sobre o Clima (COP16). Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/cop16>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Conferência das Partes sobre o Clima (COP17). Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2011/dezembro/acordo-firmado-na-cop-17-compromete-clima-mundial>>. Acesso em 31 jan. 2015.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

FRANGETTO, Flavia Witkowski.; GAZANI, Flavio Rufino. **Viabilização jurídica do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) no Brasil**: o Protocolo de Kyoto e a cooperação internacional. Peirópolis: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), 2002.

HARADA, Kiyoshi. **ISS**: doutrina e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas**: interpretação e prática. 36. ed. São Paulo: IR Publicações, 2011.

HOUAISS ELETRÔNICO. **Dicionário Houaiss da linha portuguesa**. v. 3. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2009.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

IPCC. Organization. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml#.UuE9ftJTvIU>>. Acesso em 31 jan. 2015.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LACOMBE, Américo Masset. **Imposto de importação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMIRO, Danielle. **Crédito de carbono**: protocolo de Kyoto e projetos de MDL. Curitiba: Juruá, 2009.

LOPES, Fernando Giachini. Precificação dos créditos de carbono advindos do MDL – mecanismo de desenvolvimento limpo. *in*: FUJIHARA, Marco Antonio; LOPES, Fernando Giachini. (Orgs.). **Sustentabilidade e mudanças climáticas**: guia para o amanhã. São Paulo: Terra das Artes, 2009.

LORENZONI NETO, Antonio. **Contrato de crédito de carbono**. 1. ed. 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 18. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2000.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MANFRINATO, Paulino. **Imposto de importação**: uma análise do lançamento e fundamentos. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual do imposto sobre serviços**. 6. ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

MARUYAMA, Shigenori. **Aquecimento global?** Tradução de Kenitiro Suguio. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito internacional público:** parte geral. São Paulo: RT, 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público.** 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELO, José Eduardo Soares de. **A importação no direito tributário:** impostos, taxas, contribuições. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MINATEL, José Antonio. **Conteúdo de receita e regime jurídico para sua tributação.** São Paulo: MP, 2005.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Introdução ao direito do trabalho.** v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1956.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 24. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Bernardo Riberio. **Doutrina e prática do imposto sobre serviços.** 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. **Tributação no mercado financeiro e de capitais.** 2. ed. São Paulo: Dialética, 1999.

NASA. Climate change: How do we know? Disponível em: <<http://climate.nasa.gov/evidence/>>. Acesso em 31 jan. 2015.

PADILHA, Norma Sueli. **Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário.** 4. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos:** federais, estaduais e municipais. 3. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

PEARCE, Fred. **O aquecimento global.** São Paulo: Publifolha, 2002.

PEIXOTO, Marcelo Magalhães. **Imposto de renda das pessoas jurídicas:** o conceito de despesa dedutível à luz da jurisprudência do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. São Paulo: MP, 2011.

PENHA, José Ribamar. **Imposto de renda pessoa física**. 2. ed. atual e ampl. São Paulo: MP, 2011. p. 216)

PEREIRA, Luiz Felipe Brandão. O fato gerador do PIS/COFINS e a competência tributária da União. *In*: FICHER, Octavio Campos; PEIXOTO, Marcelo Magalhães (coordenadores). **PIS-COFINS**: questões atuais e polêmicas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

Portal G1. Natureza. COP 19 decide que países preparem contribuições para cortar emissões. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/11/paises-reunidos-na-cop-19-aprovam-acordo-para-frear-mudanca-do-clima.html>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Natureza. Países ricos cedem e COP 20 aprova 'rascunho zero' de acordo climático. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/12/paises-reunidos-na-cop-20-aprovam-rascunho-zero-de-acordo-climatico.html>>. Acesso em 31 jan. 2015.

Protocolo de Kyoto. Conferências sobre o meio ambiente. Disponível em: <http://protocolo-de-kyoto.info/mos/view/Confer%C3%A2ncias_sobre_Meio_Ambiente/>. Acesso em 31 jan. 2015.

REIS, Raul; MELO, Ruy de. **Manual do imposto de importação e regime cambial correlato**. São Paulo: Revista dos Tribunais: 1970.

RESEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 13. ed. rev., aumen. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANDRI, Gabriel de Araujo. **Ratificação da Convenção 151 da OIT pelo Brasil e suas consequências** (monografia). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2012.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SEHN, Solon. **COFINS incidente sobre a receita bruta**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulo jurídico**. Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SILVA, Solange Teles da. Protocolo de Quioto e o mercado mundial de carbono. *In*: AHMED, Flávio; DANTAS, Marcelo Buzaglo; SÉGUN, Elida. **O direito ambiental na atualidade**: estudos em homenagem a Guilherme José Purvin de Figueiredo. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010.

SIMONI, Walter Figueiredo de. Mercado de carbono. *In*: FUJIHARA, Marco Antonio; LOPES, Fernando Giachini (Orgs.). **Sustentabilidade e mudanças climáticas**: guia para o amanhã. São Paulo: Terra das Artes, 2009.

SISTER, Gabriel. **Mercado de carbono e Protocolo de Quioto**: aspectos negociais e tributação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SOARES, Guido Fernando Silva. **A proteção internacional do meio ambiente**. São Paulo: Manole, 2003.

TAVARES, Alexandre Macedo. **Fundamentos de direito tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

UMSZA, Marcelo Palma. **Proteção internacional do clima**: a configuração jurídica do mecanismo de desenvolvimento limpo e a obtenção dos certificados de emissão reduzida. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/marcelo_palma.pdf>. Acesso em 31 jan. 2015.

UNFCCC. Appendix I - Quantified economy-wide emissions targets for 2020. Disponível em: <http://unfccc.int/meetings/copenhagen_dec_2009/items/5264.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Brazilian Proposal. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/1997/agbm/misc01a03.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Cancun Climate Change Conference - November 2010. Disponível em: <http://unfccc.int/meetings/cancun_nov_2010/meeting/6266.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. CDM Methodologies. Disponível em: <<https://cdm.unfccc.int/methodologies/index.html>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. CDM. CDM Registry. Disponível em: <<http://cdm.unfccc.int/Registry/index.html>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. CDM. Decision 15/CP.7. Disponível em <<http://cdm.unfccc.int/EB/rules/modproced.html>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. CDM. Project 3887 : AES Tietê Afforestation/Reforestation Project in the State of São Paulo, Brazil. Disponível em: <<https://cdm.unfccc.int/Projects/DB/SGS-UKL1280399804.71/view>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Convention Bodies. Disponível em <https://unfccc.int/essential_background/convention/convention_bodies/items/2629.php> Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Cooperation with the Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em <https://unfccc.int/methods/other_methodological_issues/items/1077.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Decision 1/CP.1. The Berlin Mandate. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/cop1/07a01.pdf#page=4>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Decision 17/CP.7. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/cop7/13a02.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Decision 19/CP.9. Work of the Consultative Group of Experts on National Communications from Parties not included in Annex I to the Convention. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/2013/cop19/eng/10a02r01.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Feeling the Heat: Climate Science and the Basis of the Convention. Disponível em: <http://unfccc.int/essential_background/the_science/items/6064.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Fifth Assessment Report-AR5. Disponível em: <https://unfccc.int/methods/other_methodological_issues/items/1077.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Global Warming Potentials. Disponível em: <http://unfccc.int/ghg_data/items/3825.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. List of Non-Annex I Parties to the Convention. Disponível em: <https://unfccc.int/parties_and_observers/parties/non_annex_i/items/2833.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Manuals. Disponível em: <https://cdm.unfccc.int/Reference/Procedures/index.html#proj_cycle>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Meetings. Disponível em: <<http://unfccc.int/meetings/items/6240.php>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Recent Sessions. Disponível em: <<http://unfccc.int/meetings/items/6240.php>>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Status of Ratification of the Convention. Disponível em: <http://unfccc.int/essential_background/convention/status_of_ratification/items/2631.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Status of Ratification of the Convention. Disponível em: <http://unfccc.int/essential_background/convention/status_of_ratification/items/2631.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. Status of Ratification of the Kyoto Protocol. Disponível em: <http://unfccc.int/kyoto_protocol/status_of_ratification/items/2613.php>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. The Marrakesh Accords. Decision 17/CP.7. Annex H.59. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/cop7/13a02.pdf>>, página 34. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. The Marrakesh Accords. Decision 17/CP.7. Disponível em: <<http://unfccc.int/resource/docs/cop7/13a02.pdf>>, página 34. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. The Marrakesh Accords. Disponível em: <http://unfccc.int/cop7/documents/accords_draft.pdf>. Acesso em 31 jan. 2015.

_____. The Marrakesh Accords. Disponível em: <http://unfccc.int/cop7/documents/accords_draft.pdf>. Acesso em 31 jan. 2015.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. v. 1. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil da globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WWF. COP 18: “Resultado foi fraquíssimo”, diz representante do WWF-Brasil. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/?33422/COP-18-Resultado-foi-fraquissimo-diz-representante-do-WWF-Brasil>. Acesso em 31 jan. 2015.